



A ALTERIDADE COMO DINÂMICA PRÓPRIA E DIFERENCIAL NAS CEBs

Alberlan Martins Coelho *

RESUMO

O presente estudo aborda a dinâmica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) a partir do conceito de alteridade. Para tal, elaborou-se um referencial teórico apresentando a ética da alteridade, à luz do Evangelho, como fio condutor das práticas das CEBs a partir das obras de Luiz Carlos Dalla Rosa e de Faustino Teixeira. O objetivo é compreender como a alteridade, dinâmica própria e diferencial nas CEBs, desenvolve estratégias que promovem hospitalidade e segurança ao outro. Na primeira parte elabora-se o significado de CEBs no seu prisma teológico e sociológico. Em seguida, desenvolve-se o conceito de alteridade, tratando da responsabilidade ética para com o outro, na relação “eu” e “tu”. Por fim, analisa-se a dinamicidade da alteridade na ação das CEBs dando destaque à celebração com o outro, no respeito ao diferente. O trabalho conclui que as CEBs possuem índole missionária. Elas se comprometem com o projeto de libertação do marginalizado, isto é, são às vozes que clamam pelo rosto do Outro e denunciam as injustiças.

PALAVRAS-CHAVE: CEBs. Alteridade. Libertação.

INTRODUÇÃO

Pensar a dinamicidade das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) à luz do conceito de alteridade é explanar sua identidade. Celebrar juntos a alteridade nas CEBs é sinal de partilha e comunhão e provoca no ser humano um negar-se como uma totalidade auto-suficiente. Essas são atitudes discipulares de contínuo saber-viver, saber-acolher, saber-amar e saber-servir. Através delas, a alteridade se mostra como dinâmica própria e diferencial das CEBs. Dessa forma, procura-se elencar de que maneira é celebrada a alteridade nas práticas das CEBs.

A alteridade remete para o rosto do outro. Aí está a peça motora e central da Ética da alteridade em Emmanuel Lévinas. A alteridade, à luz da concepção deste filósofo judeu francês-lituano (1906-1995), faz que o sujeito saia da indiferença e entre na dinâmica do escutar o clamor do outro que solicita hospitalidade. Sua

* Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário La Salle – Unilasalle. Professor da Rede La Salle. E-mail: alberlan.coelho@lasalle.org.br

definição aponta para um sentido do humano que se abre a partir do rosto do outro, ou seja, com o enfoque de compreender a humanidade a partir do outro. Essa afirmação insinua que o relacionamento com o outro perpassa um acolher, uma sensibilidade hospitaleira na abertura e na acolhida para com o outro.

O presente estudo tem por objetivo principal pensar a dinamicidade das CEBs a partir desse conceito de alteridade. E para atender a esse intento, o estudo é apresentado em três momentos: no primeiro busca compreender o conceito de CEBs no seu viés teológico e sociológico; em seguida, na segunda parte, retoma o significado de alteridade que parte do outro, enquanto relação do eu e o tu; por último, em ênfase, o texto realça a dinamicidade da alteridade na prática libertadora das CEBs.

O QUE SÃO COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Nesta seção, retoma-se o conceito de Comunidade Eclesial de Base – CEB sob o prisma teológico e sob o prisma sociológico. O viés teológico que se deseja sublinhar sinaliza para uma fé viva e um jeito de ser Igreja-comunidade. Quanto ao aspecto sociológico, trata-se fundamentalmente de notar que há um compromisso eficaz com os pobres e seu projeto de libertação.

O processo inicial das CEBs referia-se às práticas dos primeiros cristãos. Hoje, elas têm natureza própria, muito além do cristianismo primitivo. A “sua postura fundamental de adesão ao concreto da vida, de escuta e fidelidade aos clamores do tempo presente, as impede e exorciza de qualquer saudosismo alienado”¹. Em vista disso, as CEBs estão cada vez mais interligadas com o povo, sem desleixar em absoluto sua identidade eclesial.

Pode-se afirmar que as primeiras experiências das CEBs surgem como meio de evangelização num contexto autoritário e opressor, onde o sujeito não tinha voz e nem vez². Com isso, a Igreja, com sua renovação, iniciada com o Vaticano II (1962-

¹ FERNANDES, Dom Luiz. Gênese das CEBs do Brasil. In: INSTITUTO Nacional de Pastoral. *Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70: caminhos, experiências e dimensões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 134-147.

² DORNELAS, Nelito Nonato. A identidade das CEBs. *Vida Pastoral*, São Paulo, p. 3-5, Maio-Junho de 2006. Disponível em: <<http://vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/>>. Acesso em: 23 de abril.

1965), passa a ser “voz dos que não têm voz”, promotora do povo crucificado e defensora dos direitos humanos³.

As primeiras experiências que deram início às CEBs no Brasil se deram por volta de 1960 ou 1964. Mas Teixeira acredita que elas surgiram mesmo foi a partir da grande reforma na Igreja, com o Concílio Vaticano II⁴.

As CEBs nascem por motivações religiosas e sociais. Por um lado, elas originam-se por questões de necessidades de uma atuação pastoral libertadora. Por outro, elas despertam em decorrência de problemas da região local, como a reivindicação do direito de moradia⁵. Falar da formação e experiência das CEBs implica compreender sua identidade, ou sua trilogia: comunidade, eclesial, de base.

A trilogia - comunidade, eclesial, de base - clarifica-se a identidade das CEBs como “novo modo de ser Igreja”: Igreja cujos participantes se encontram para celebrar a mesma fé, ler e meditar a Palavra de Deus, confrontando-a com a própria vida, comprometendo-se com o pobre e o oprimido na formação do Reino do Pai⁶.

As CEBs são comunidades porque agrupam pessoas que celebram a mesma fé, pertencem à mesma igreja, são da mesma região e vivem uma comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência. Essa dimensão passa por relações imediatas e participação igualitária com seu grupo⁷. São eclesiais porque congregadas na Igreja, centro básico de comunidade de fé⁸. L. Boff e Betto afirmam que o Evangelho e o sentido de pertença à Igreja constituem a comunidade eclesial de base. A eclesialidade constitui uma de suas características de base. Os integrantes das CEBs pertencem à base da sociedade e da Igreja. Ou seja, pertencem às camadas populares pobres. São pessoas que trabalham com as próprias mãos: donas de casa, operários⁹.

As CEBs são um “novo modelo de ser Igreja”; por isso, elas são ‘Igreja’, e aí está sua eclesialidade. Alguns autores a definem como “novo jeito de Igreja”¹⁰. Seus

³ BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 22.

⁴ TEIXEIRA, Faustino. *A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988. p. 308.

⁵ TEIXEIRA, 1988.

⁶ TEIXEIRA, Faustino. *A Fé na Vida: um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1987. p. 23.

⁷ BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo: eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. p. 94.

⁸ BETTO, 1985, p. 17.

⁹ L. BOFF, 1986; BETTO, 1985.

¹⁰ BOFF, Clodovis. CEBs: a que ponto estão e para onde vão. In: BOFF, C. et al. *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 180.

agentes, no entanto, preferem chamá-las de 'novo modelo de Igreja' ou 'novo modo de ser Igreja'.

O “novo modo de ser Igreja” acontece quando todos se unem na fraternidade, na união, na diversidade, isto é, vivem no “pedaço do Reino” de Cristo. Ou seja, é o “novo modo de ser Igreja’ como desafio para ‘um novo modo de toda a Igreja ser”¹¹.

No velho modelo de Igreja (Igreja-sociedade-Cristandade), o poder hierárquico era sua definição, seu modo de sistematização interna (religiosamente) e externa (socialmente). Esse modelo de Igreja atingia diretamente os marginalizados e empobrecidos da sociedade. Houve na Igreja uma rede de assistência aos pobres, e que, no entanto, “eles eram beneficiados pela benevolência do poder religioso combinado com o poder político”. Ou seja, “os atingidos tornavam-se objetos, e não sujeitos dessa assistência”¹².

Não há dúvida de que o surgimento das CEBs proporcionou um modelo de Igreja-comunidade. Nesta, o valor primordial não é o poder religioso, mas a comunidade de pessoas “eclesialmente participativa e socialmente comprometida”¹³. Quer dizer, construindo laços de fraternidade no respeito e na valorização das diferenças. Essa Igreja-comunidade atua por meio da própria comunidade que une fé e vida. Essa nova forma de ser Igreja é um desafio para todos os outros modelos de Igreja¹⁴.

Portanto, esse novo modelo de ser Igreja torna-se um testemunho existencial de uma realidade de Igreja que progride em comunhão e participação para saber viver e conviver com o outro em comunidade. Esse novo modelo, nas CEBs, é para a Igreja universal e para o mundo protótipo de comunidade a ser vivida em comunhão definitiva¹⁵.

Em síntese, o conceito de CEBs aponta para uma organização de certo estilo de Igreja. A Palavra de Deus e o sentido de pertença à Igreja constituem a comunidade eclesial de base. Os integrantes das CEBs pertencem à base da sociedade e da Igreja, isto é, pertencem às camadas populares pobres. Pode-se dizer que as CEBs são grupos de cristãos que surgiram da perspectiva do Outro, ou

¹¹ BOFF, Leonardo. *Eclesiogênese: a reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 85-86.

¹² L. BOFF, 2008, p. 87.

¹³ C. BOFF, 1997, p. 189.

¹⁴ L. BOFF, 2008, p. 88.

¹⁵ AZEVEDO, Marcello de Carvalho. *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé: fé e realidade*. São Paulo: Loyola, 1986. p. 253.

seja, à luz do evangelho esse novo estilo de Igreja abraça os princípios da alteridade. Para compreender o teor dessa afirmação, faz-se necessário explicitar o conceito de alteridade. Esse é o assunto da próxima seção.

ALTERIDADE

Nessa seção, desenvolver-se-á o conceito da categoria alteridade. Notar-se-á que alteridade é um sair de si, isto é, uma construção da responsabilidade para com o Rosto do outro. A partir deste sair e desta construção, desenvolve-se a relação face-a-face para com o próximo.

Ao falar em Alteridade (Alter = outro), supõe-se, como primeiro passo, um diálogo entre um eu e um tu, entre o si-mesmo e o diverso de si, o Outro. Esse encontro sensível com o outro leva “a criar espaço para que o ‘tu’ também ‘seja’ e ‘exista’ no diferente/ diverso/distinto que ele é”¹⁶. Isso significa que toda superioridade de uma das partes cai por terra, para dar lugar a uma absoluta equidade e reciprocidade nas relações. Há, então, uma relação dialogal, sem reduzir a nenhuma de suas partes ou polos¹⁷.

A relação entre o “eu” e o “tu” abre ala para outro polo: o “ele”. Tal polo pode ser uma causa a defender, um ideal a realizar, uma obra a fazer ou mesmo valores que se busca trazer para dentro da relação dialogal entre o Eu e o Tu. É o início de uma relação aberta e fecunda¹⁸.

Neste sentido, a dinâmica da alteridade me coloca face-a-face com o Rosto do outro, permitindo germinar um projeto de justiça. Enfim, o rosto do outro em sua definição, à luz da ética da alteridade, é assumido como critério de reflexão e prática.

O Eu e o Outro

Na ontologia, enquanto filosofia do poder que trata do ser enquanto ser, não há espaço para pensar o diferente, o Outro. Este é sempre o Ser enquanto Ser. Tal formalismo, primeiramente, conforme a filosofia levinasiana, é “viver em si”, “Ser Eu

¹⁶ AGOSTINI, Nilo. *Teologia moral: o que você precisa viver e saber*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

¹⁷ AGOSTINI, 1997.

¹⁸ AGOSTINI, 1997, p. 44.

Mesmo”, “Ser um ‘ser’ esperado”. Ou seja, é estar na dinamicidade do egoísmo, enquanto acontecimento ontológico. Mas, a separação do Ser é movimento do Eu e também do Outro¹⁹. Movimento que não impede a relação entre o Eu e o Outro. O outro é sempre fato primeiro, original do qual é preciso partir para entender a alteridade em Lévinas.

Este filósofo sempre manteve constante diálogo com outros autores. Percebe-se, em muitos desses diálogos, diferentes concepções e convergências. Dentre os diversos pensadores que dialogam com Lévinas ou a partir dele, estão Buber e Ricoeur. Tanto a filosofia buberiana como a ricoeurina, assim como a levinasiana, trilharam o mesmo caminho, o dialógico²⁰.

Em Buber, a relação do Eu e Tu se fecha na reciprocidade e na simetria. Entretanto, Lévinas acredita que a alteridade é vivida assimetricamente, dando ao outro prioridade. Portanto, a relação buberiana não apresenta conformidade com o pensar levinasiano²¹. “O outro, pelo qual sou responsável, se coloca diante de mim de forma assimétrica”²². Para este autor, isso não significa que Lévinas rejeita a dimensão do Eu, pois ele mesmo afirma que a alteridade só é possível a partir de si.

Em Ricoeur, a ética da alteridade é desenvolvida nas seguintes temáticas: a ipseidade, a identidade, o eu, o si-mesmo e o outro. Porém, a ética da alteridade em Lévinas acontece a partir da manifestação do Outro. Todavia, no pensar ricoeurino, a ética da alteridade tem seu fundamento no próprio “eu”: “o si-mesmo”²³.

Diante disso, o pensar levinasiano não rejeita a presença do Eu no fundamento originário da ética. O Eu é sempre uma possibilidade da sensibilidade de abertura para o Outrem²⁴.

¹⁹ RODRIGUES, Tiegüe Vieira. *A categoria da Alteridade: uma análise da obra Totalidade e Infinito, de Emmanuel Levinas*. 2007. 344 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=906>. Acesso em: 20 de março 2014. p. 54.

²⁰ DALLA ROSA, Luís Carlos. *Educar para a sabedoria do amor: a epifania do rosto do outro como uma pedagogia do Êxodo*. 2010. 344 f. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-graduação, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=264>. Acesso em: 20 de março 2014. p. 57.

²¹ DALLA ROSA, 2010, p. 57.

²² DALLA ROSA, 2010, p. 57.

²³ DALLA ROSA, 2010, p. 58.

²⁴ DALLA ROSA, 2010, p. 59-60.

Enfim, o outro, na ótica levinasiana, não se contempla em nenhum sistema ontológico ou em uma alteridade sustentada na unicidade sólida. O Outro é o estrangeiro, é o rosto que interroga o Eu em sua casa.

Rosto em relação ao Outro

O princípio da ética defendido por Lévinas pode ser indicado como o Rosto que se torna presente, clamando por justiça. Na ótica levinasiana, a ética é o ponto de partida do ser humano²⁵. Ela se fundamenta no suposto encontro com o Outro como acontecimento real: nela, “se revela o sentido do humano e que se estabelece como responsabilidade ética”²⁶. Ou seja, o cerne da ética levinasiana é a responsabilidade que se desenvolve no encontro com o Outrem. É constituir, nesse encontro, um amor ao próximo. Amor de caridade, amor ético e não passional²⁷.

Em todas as partes do corpo, “o Rosto é o mais exposto, tanto ao perigo quanto à carícia; nu e transparente, o rosto é completamente exterioridade, inteira relação e comunicação, sinceridade e abertura”²⁸. Assim, o rosto tem expressão própria e é para o outro identidade “reconhecida” como realidade que se revela sem ser dominada. Destarte, “o rosto é a expressão que significa e dá significado à ética da alteridade pensada por Lévinas”²⁹.

Diante disso, Lévinas quer demonstrar que “o Rosto é outro modo de ser do sujeito, é manifestação do desejo, é diálogo, é significação, é protótipo de humanismo libertador que tem no outro a sua libertação”³⁰. Enfim, “o Rosto é a própria identidade de um ser”³¹.

A contribuição filosófica levinasiana está na análise interpessoal, descrita pela manifestação do Rosto. O Rosto existe e tem seu significado profundo: “é em relação ao outro, e o outro é em relação ao rosto. O rosto é revelação epifânica de

²⁵ DALLA ROSA, 2010.

²⁶ DALLA ROSA, 2010, p. 82.

²⁷ LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: ensaio sobre a alteridade*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 143.

²⁸ MELO, Nelio Vieira de. *A ética da alteridade em Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 89.

²⁹ MELO, 2003, p. 89.

³⁰ MELO, 2003, p. 89-90.

³¹ LÉVINAS, 2004, p. 59.

Outrem que se dá na concretude histórica e que possui uma abstração que não é integrada no horizonte mudano”³².

Nota-se que o rosto não é totalmente referencial no discurso ético. Mas, segundo Lévinas, “o rosto é o que mostra, o que fala e o seu silêncio, também”³³. É aquilo que ele, Lévinas, chama de epifania, sua aparição. Neste sentido, o Rosto passa a ser o fio condutor para que haja justiça. Ele não é uma forma plástica como retrato³⁴. A epifania do rosto, na sua nudez, apresenta a escassez do pobre e do estrangeiro.

Portanto, “o rosto que se apresenta em sua nudez e reclama por justiça, anuncia o Deus bíblico que interpela por minha responsabilidade ética”³⁵. É o Deus que se exprime no rosto do próximo, do estrangeiro, da viúva e do órfão. Lévinas acredita que a justiça nasceu da caridade, do amor. Ela é sempre visível. Segundo o autor, a mesma acontece sempre a partir do Rosto e a partir da responsabilidade por Outrem.

Esse comportamento impulsiona o ser humano a vivenciar a ética da alteridade, entrando na dinâmica do face-a-face. Isso não possibilita o sujeito negar o outro: “somente a glória numenal do outro torna possível o face-a-face”³⁶. O face-a-face é, portanto, uma impossibilidade de negar; é, assim, uma negação da negação. A articulação desta fórmula significa o “não ‘cometerás homicídio’, se escreve no rosto e constitui sua própria alteridade”³⁷.

No enlace face-a-face do rosto, na ótica levinasiana, torna-se real a hospitalidade do Outro como realização subjetiva, não como enquadramento do sistema ontológico. A relação face-a-face acontece e se dá na visibilidade do rosto, ou seja, entre seres que se veem. “Vejo o Outro e o Outro me vê”³⁸. Para esse autor, o sujeito se vê no face-a-face com o outro, mas ele não é uma unidade eu-tu: é separado, assimétrico.

Em suma, a ética da alteridade, na concepção levinasiana, parte do outro. O relacionar-se com outro implica comprometimento, abertura e acolhimento dele. O Face-a-face possibilita ao sujeito construir caminho para a liberdade, a abertura do

³² MELO, 2003, p. 90.

³³ MELO, 2003, p. 91.

³⁴ LÉVINAS, 2004.

³⁵ DALLA ROSA, 2010, p. 85.

³⁶ LÉVINAS, 2004, p. 61.

³⁷ LÉVINAS, 2004, p. 61.

³⁸ MELO, 2003, p. 95.

eu para com o outro. Essa atitude é o fio condutor das CEBs em sua luta pela promoção do outro. Para compreender a temática dessa afirmação, é importante cogitar sobre esse assunto. Esse é o conteúdo do próximo tópico.

A DINÂMICA DA ALTERIDADE NA PRÁTICA DAS CEBs

A prática libertadora das CEBs, em vista do bem de todos, sobretudo os mais frágeis e excluídos, é a maneira mais evangélica de lutar para a transformação da história e de buscar uma sociedade de justiça.

Nesse sentido, a alteridade se torna dinâmica própria das CEBs. Elas, com esse novo jeito de agir, tornam-se lugares que alimentam a fraternidade a partir do conceito da ética da alteridade, ou seja, têm índole de responsabilidade global para com o Outro. Nessa seção, apresentar-se-á a seguir a ética da alteridade como norteadora das ações das CEBs.

Alteridade como prática de libertação

Na dinâmica interna das CEBs, seus integrantes “começam a se reunir, à luz da Palavra de Deus, para pensar, falar e agir”³⁹. Essa maneira de comportar-se perante as situações, desenvolve um relacionamento que ativa um potencial efetivo de uma práxis transformadora em prol do Outro: Dá chance do povo aprender a ter uma consciência crítica: escutar, falar, ver e decidir.

As CEBs são Igreja na base do Povo. Não se trata de movimento dentro da Igreja. É Comunidade-Igreja que se caracteriza pelo jeito do povo⁴⁰. As CEBs são espaços onde o povo pode expressar sua fé à luz da Palavra de Deus, na ânsia de libertação, participação e comunhão na justiça. Nas CEBs, o Povo tem voz e vez.

Assim, as CEBs são lugares que expressam à alteridade, enquanto ética e primária em nossa existência. A sua existência torna o indivíduo sujeito, humano. Isto é,

o ser humano se descobre como pessoa na medida em que ele se abre para a dimensão da alteridade. Acolher a interpelação do outro, que, em termos bíblicos, revela-se de modo especial no rosto do pobre, do

³⁹ TEIXEIRA, 1987, p. 73.

⁴⁰ L. BOFF, 1986, p. 72.

estrangeiro, da viúva e do órfão, é viver um processo de humanização e de abertura ao mistério do Infinito⁴¹.

A prática das CEBs parte da situação dos oprimidos e tem como horizonte a sua libertação integral. A nova linguagem simbólica das CEBs é fator que lhes permite redescobrir novas energias libertadoras da Boa-nova de Cristo. Esse novo jeito de agir das CEBs expressa a responsabilidade ética para com Outro, a preocupação com o bem-estar do mesmo.

A dinâmica da alteridade incita ao compromisso para com outro. Qualquer abertura ao outro é comprometimento com o processo de liberdade que aponta para uma humanização⁴². O encontro com o próximo, desperta a responsabilidade de oferecer-lhe uma resposta: “Eis-me aqui!”⁴³.

A ética da alteridade, como prática de libertação nas CEBs, provoca uma responsabilidade que clama por uma cultura baseada no amor a serviço do Outro, tendo seu respaldo nas Escrituras Sagradas. Isso, sem dúvida, é sabedoria do amor, a qual, para Lévinas, se traduz na “sensibilidade ética da acolhida, da hospitalidade, da não indiferença, da responsabilidade para com o próximo. É a sabedoria do amor a serviço do Outro que anuncia a possibilidade da razão ética, da liberdade constituída proximidade para o Outro”⁴⁴. Portanto, a Palavra de Deus põe o sujeito no compromisso ético com o próximo.

Para Dalla Rosa, a responsabilidade ética pelo outro, elencada por Lévinas, também aparece no pensamento dusseliano. Por exemplo:

O encontro com o outro, no face-a-face, a partir do paradigma da alteridade, faz nos responsáveis. E não é qualquer responsabilidade, como se fosse uma simples resposta a uma pergunta. Responsabilizar-se pelo outro é ‘encarregar-se do pobre que se encontra na exterioridade diante do sistema’. [...] ⁴⁵.

A responsabilidade ética se caracteriza pelo compromisso sincero com o Outro. Diante disso, a espinha dorsal das CEBs está no compromisso de formar

⁴¹ DALLA ROSA, 2010, p. 101.

⁴² DALLA ROSA, 2010, p. 180.

⁴³ Dalla Rosa (2010, p. 100) afirma que “é a palavra humana que acolhe a vida como dom que floresce em cada rosto humano e em cada criatura. Acolher a vida como dom é manter aberta a esperança e a certeza de que a bondade, a gratuidade, a generosidade, enfim, a responsabilidade ética da qual tanto se refere Lévinas, possam fecundar o significado dos encontros inter-humanos”.

⁴⁴ DALLA ROSA, 2010, p. 183.

⁴⁵ DALLA ROSA, Luís Carlos. A alteridade e a Relação pedagógica no pensamento de Enrique Dussel. *Diálogo*, Canoas, RS, nº 19, p. 131-144, jul-dez 2011. p. 139.

cristãos libertadores, agentes políticos e comprometidos com a causa de Deus. Disso nasce um novo modo de ser Igreja e de ser povo, formando integrantes que saiam da passividade, da submissão e da desconfiança em si mesmo⁴⁶.

Diante disso, percebe-se que o dinamismo das CEBs tem qualidade porque abre espaço para o outro. Por isso, pode-se afirmar que a dinamicidade da alteridade é algo visível nas CEBs. Por exemplo: “A Ética da Alteridade pode ser interpretada como uma afirmação da justiça e da preocupação pelo outro humano que sofre as consequências de uma cultura narcisista, edificada à base da propriedade, da exploração, da tirania política e da guerra”⁴⁷.

Para entrar nessa dinamicidade, todos deverão aceitar um ao outro. Precisam deixar brotar a ética da responsabilidade, que rege a prática da justiça, e deixar germinar o respeito entre todos.

Nas CEBs, vai-se percebendo “que só por intermédio da responsabilidade para com os irmãos é que a semente da libertação pode ir germinando”⁴⁸. A libertação visa todo processo da caminhada de seus membros. “A participação, enquanto tarefa comunitária, abre caminhos para as transformações necessárias”⁴⁹.

Os princípios éticos se caracterizam pela abertura ao Outro. Assim, a relação ética é um processo de abertura e sensibilidade ao apelo do Outro⁵⁰. O outro que se une e participa de um projeto libertador reivindica melhores condições de vida. Nas CEBs, ele solicita liberdade e justiça à luz da Boa-Nova.

Portanto, os passos concretos em direção à libertação são decorrência da força que provém da união do povo e de seu compromisso ético de participação na esfera da comunidade ou em outros movimentos que gritam por justiça⁵¹. Na perspectiva levinasiana, a postura de assumir a responsabilidade pelo outro é viver a vocação profética⁵². Assim, o agente das CEBs e os pastores são convidados a darem uma resposta àquele que clama por justiça.

Alteridade: princípio epistemológico dinamizador das práticas das CEBs

⁴⁶ TEIXEIRA, 1987.

⁴⁷ DALLA ROSA, 2010, p. 181.

⁴⁸ TEIXEIRA, 1987, p. 84.

⁴⁹ TEIXEIRA, 1987, p. 84.

⁵⁰ DALLA ROSA, 2010.

⁵¹ TEIXEIRA, 1988.

⁵² DALLA ROSA, 2010.

As CEBs são sinais e instrumentos do Reino de Deus. Nessa linha, as pequenas comunidades têm atitude de hospitalidade para com o Outro. L. Boff, no VII Encontro Intereclesial de CEBs, realizado em Duque de Caxias, RJ (1989), realçou que se deve acolher o Rosto de Deus manifestado pelo outro: o negro, o indígena. São rostos que não podem ser exterminados, mas que devem ser respeitados em sua “totalidade”, para que o nome de Deus seja preservado⁵³.

O projeto de humanização e libertação é visível na acolhida do rosto do outro que grita por justiça enquanto sujeito de sua história⁵⁴. A acolhida, a amizade, a hospitalidade e o cuidado são características próprias das CEBs. Essas exigem um toque maternal e paternal, expressões de uma ética levinasiana. Nesse sentido, o cerne do significado da alteridade está na epifania do rosto do outro. O Rosto é, positivamente, o Outro pelo qual sou responsável.

As CEBs exercem a função de construir novos laços de acolhida do Rosto do Outro. Por exemplo: elas são convocadas a serem comunidades que desempenham a dimensão do cuidado e da hospitalidade para com esse outro que geme em dores de parto. Elas, dessa maneira, cumprem seu compromisso efetivo com o mundo. Dussel afirma que são lugares de referência do povo como povo, a partir do qual se faz a crítica ético-profética das regalias do sistema dominante⁵⁵. Para o autor, as comunidades cristãs de base, movidas pelo amor de Deus, existem para colaborar ativamente com o outro.

Sem dúvida, a grande colaboração das CEBs tem sido a valorização do mundo criado por Deus. As comunidades-Igreja se responsabilizam e respondem aos desafios de evangelizar no mundo, na perspectiva da acolhida da diferença. Portanto, as CEBs abraçam o desafio da abertura ao mistério irrevocável do Outro.

A alteridade é paradigma importante no dinamismo interno e externo das CEBs. Nessa perspectiva, levando-se em conta os evangelhos, percebe-se que Jesus teve como ponto crucial de sua pregação o Reino de Deus. À medida em que se aprofunda mais a vida e a missão de Jesus, é impossível não defrontar-se com o critério básico do amor Dele no compromisso com o próximo/outro, principalmente os mais frágeis e oprimidos. Vê-se que a mediação da alteridade está no cerne da

⁵³ TEIXEIRA, Faustino. *Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996.

⁵⁴ DALLA ROSA, 2011.

⁵⁵ DUSSEL, Enrique. *Ética Comunitária: a libertação na história*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 100.

vocação de Jesus: Jo 10,10; 4,7-42; Lc 17-11.16; 9,51-55; Mt 8,10; Mc 7,24-30; 9,38-49⁵⁶.

No Reino de Deus há espaço para todos, sobretudo os pequeninos. Jesus se solidariza e se compromete com o Outro. Suas atitudes revelam sua ternura e amor acolhedor⁵⁷. Certamente, a postura de Cristo foi sempre viver e acolher o Outro.

Jesus, como fundador da Igreja, continua a chamar pessoas para segui-lo, visando a responder e acolher uma de suas proposições determinantes: a opção preferencial pelos pobres. As CEBs, nesse viés, andam segundo o Espírito, quer dizer, seus componentes atuantes lutam em prol da vida digna, sacrificando-se para que todos tenham vida⁵⁸.

Observa-se nas atitudes e pregações de Jesus o anúncio do projeto de libertação. Nesta linha, a peça motora das CEBs é desenvolver o compromisso com a sociedade à luz da fé em Jesus Cristo. Em torno de uma sociedade capitalista e opressora, à luz da fé em Cristo, despertou-se a responsabilidade, a partir da fé libertadora, do cuidado com o próximo. Eis aí uma espiritualidade de compromisso com o empobrecido e marginalizado. Portanto, o Outro, é mestre de justiça; exige corresponsabilidade no serviço prestado a ele. O outro, principalmente o oprimido, não é marionete em nossas mãos, mas é o sujeito da história que está no centro do Reino pregado por Cristo⁵⁹.

Nas CEBs, de modo particular, o povo tomou consciência de sua pobreza; percebeu que Deus é contra as injustiças; descobriu que Deus quer que todos possam viver na fraternidade e paz. Disto nascem militantes portadores da justiça e que acreditam no projeto de Jesus, companheiros no seu seguimento, sujeitos responsáveis por uma sociedade sem males e, por fim, abertos ao diálogo. Portanto, unir-se com Cristo é viver a dimensão libertadora do Evangelho⁶⁰.

À luz do conceito de alteridade, há uma recriação da minha responsabilidade pelo Outro⁶¹. O autor realça que isso é um comprometimento por

⁵⁶ TEIXEIRA, Faustino. Diálogo entre as religiões e Igrejas em favor da vida e da justiça. *Diálogo*, 13 de abril de 2010. Disponível em: <<http://fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2010/04/cebs-e-dialogo-inter-religioso.html>>. Acesso em: 16 de agosto 2014.

⁵⁷ TEIXEIRA, 2010.

⁵⁸ L. BOFF, 2008. p. 93.

⁵⁹ AGOSTINI, Nilo. *Ética e Evangelização: a dinâmica da alteridade na recriação da moral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. p. 155.

⁶⁰ L. BOFF, 2008.

⁶¹ AGOSTINI, 1993.

uma causa a defender, um ideal a realizar e uma obra a fazer (pelo ele). Isto, por exemplo, é cultivar valores, como: justiça, fraternidade, igualdade. Deste modo, a dinâmica da alteridade ainda é um desafio para o ser humano hoje.

Em suma, abraçar os valores que resgatam a dinamicidade da alteridade nas CEBs é, com certeza, cultivar os princípios pregados por Jesus Cristo: amar seu próximo, isto é, oferecer hospitalidade ao Outro, garantir um espaço para o mesmo no Reino anunciado por Jesus e celebrar com e para o Outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, no decorrer desse estudo, que as CEBs, à luz do Evangelho e do novo estilo de ser Igreja, são verdadeiramente Igreja que desenvolvem novo ardor evangelizador e promovem diálogo com todos/as. Elas assimilam o jeito do povo que prega sua fé no registro de sua cultura, de seus valores e de seu desejo de libertação, para a participação e comunhão na justiça⁶². Na sua dinâmica interna e externa, é visível, nelas, a presença articulada da fé e da prática de transformação social.

Neste estudo, analisou-se a categoria de alteridade. Por ela, de modo assimétrico, entende-se a relação com o outro, de um “eu” com um “tu”. Ela é abertura e acolhida do outro, realizada na partilha e na comunhão, o que permite o brotar da justiça e o germinar do novo. Portanto, à luz do pensamento levinasiano, a alteridade aparece como uma sabedoria do amor, um sair de si para ir ao encontro do outro e uma sabedoria a serviço desse outro. É o eu para o outro, não indiferença com o outro.

Observa-se, a partir do conceito de alteridade, que as CEBs são comunidades comprometedoras, evangelizadoras e apostólicas entre os “resíduos”, na atual conjuntura da sociedade. São modos mais eficazes e coerentes de ser cristão hoje. São comunidades que têm a missão de amparar o outro e zelar por ele. Nelas, o Eu e o Tu formam a comunidade cristã e fraterna, o “nós”.

Pode-se afirmar que esse estudo atingiu os seus objetivos, pois observou-se que as CEBs têm viés missionário, isto é, lutam pela promoção do Outro. Entram na dinamicidade da comunidade hospitaleira, permitindo que o outro tenha voz e vez.

⁶² L. BOFF, 1986.

Promovem o face-a-face com o outro, o respeito ao diferente, o compromisso efetivo com os pequeninos e seu projeto de libertação. Celebram a ética da alteridade, na comunhão com o novo estilo de Igreja, buscando condições para que o próximo seja incluído e respeitado em sua dignidade, com o que se resgata um dos aspectos mais originais da comunidade cristã: ser comunidade aberta, de partilha e de comunhão com o Outro.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Nilo. *Ética e Evangelização: a dinâmica da alteridade na recriação da moral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. *Teologia moral: o que você precisa viver e saber*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

AZEVEDO, Marcello de Carvalho. *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé: fé e realidade*. São Paulo: Loyola, 1986.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOFF, Clodovis. CEBs: a que ponto estão e para onde vão. In: BOFF, C. et al. *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. *E a Igreja se fez povo: eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

_____. *Eclesiogênese: a reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

DALLA ROSA, Luís Carlos. A alteridade e a Relação pedagógica no pensamento de Enrique Dussel. *Diálogo*, Canoas, RS, nº 19, p. 131-144, jul-dez 2011.

_____. *Educar para a sabedoria do amor: a epifania do rosto do outro como uma pedagogia do Êxodo*. 2010. 344 f. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-graduação, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=264>. Acesso em: 20 de março 2014.

DORNELAS, Nelito Nonato. A identidade das CEBs. *Vida Pastoral*, São Paulo, p. 3-5, Maio-Junho de 2006. Disponível em: <<http://vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-das-cebs/>>. Acesso em: 23 de abril.

DUSSEL, Enrique. *Ética Comunitária: a libertação na história*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FERNANDES, Dom Luiz. Gênese das CEBs do Brasil. In: INSTITUTO Nacional de Pastoral. *Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70: caminhos, experiências e dimensões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 134-147.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: ensaio sobre a alteridade*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MELO, Nelio Vieira de. *A ética da alteridade em Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

RODRIGUES, Tiegüe Vieira. *A categoria da Alteridade: uma análise da obra Totalidade e Infinito, de Emmanuel Levinas*. 2007. 344 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=906>. Acesso em: 20 de março 2014.

TEIXEIRA, Faustino. *A Fé na Vida: um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1987.

_____. *A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988.

_____. Diálogo entre as religiões e Igrejas em favor da vida e da justiça. *Diálogo*, 13 de abril de 2010. Disponível em: <<http://fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2010/04/cebs-e-dialogo-inter-religioso.html>>. Acesso em: 16 de agosto 2014.

_____. *Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996.